

Pessoas Negras com Deficiência no Brasil



UNEafro Brasil

Levi Castro

UNEAFRO BRASIL

Movimento negro que promove a universalização do acesso às universidades por meio de uma rede de 40 núcleos de educação popular espalhados pelo país, voltados a estudantes negros e negras periféricos.

Há quase 20 anos, a UNEAFRO Brasil atua no enfrentamento ao racismo no país, com um olhar interseccional.

Por meio do GT PcD, a UNEAFRO alia antirracismo e anticapacitismo, especialmente em sua atuação voltada à educação popular e de incidência política.



I Encontro Nacional de Pessoas Negras com Deficiência, realizado na sede da UNEAFRO em São Paulo

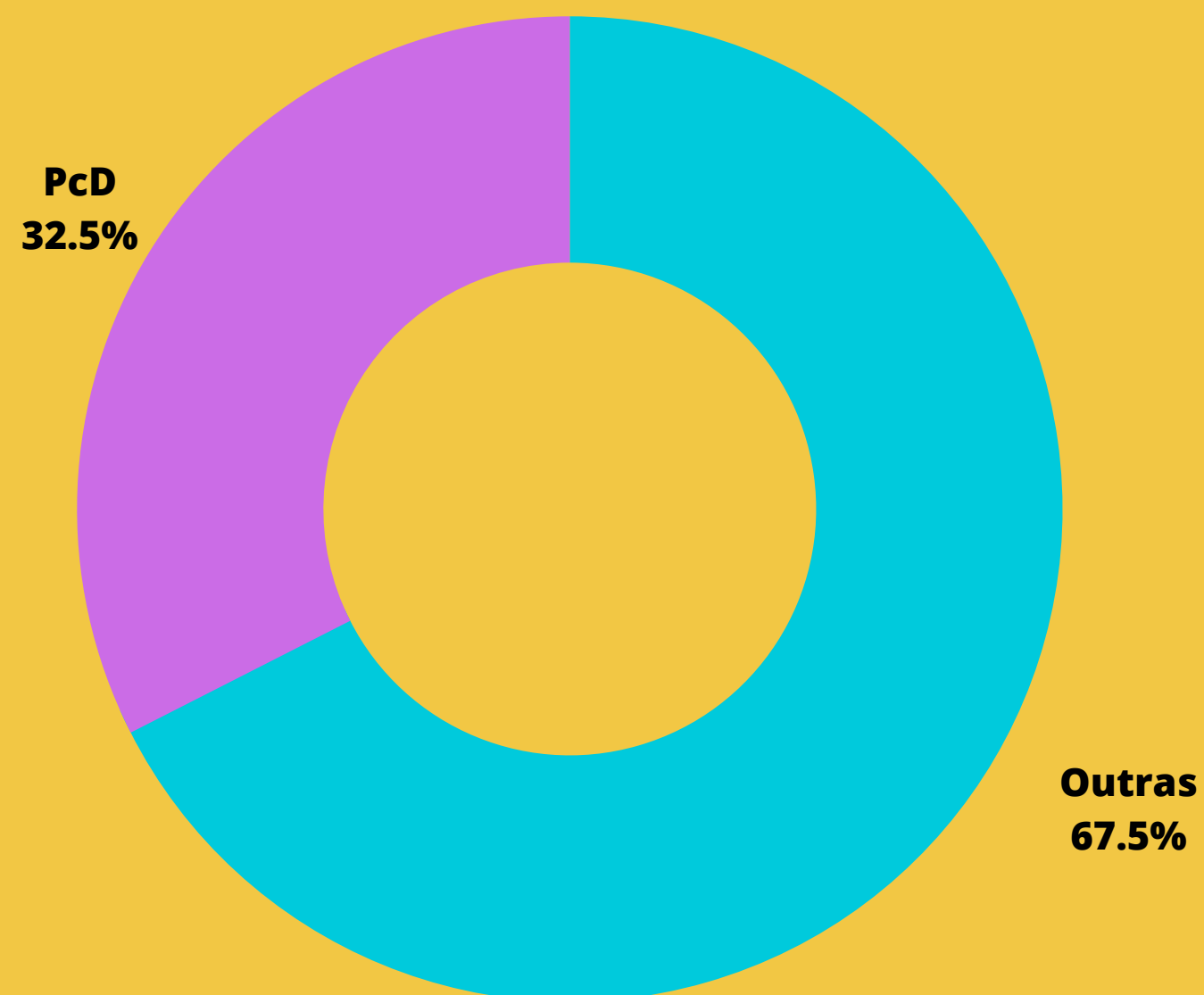
Ausência de dados

Relatório “A situação das pessoas negras com deficiência no Brasil” (2023), promovido pelo VNDI e Minority Rights Group International, com apoio da University of York

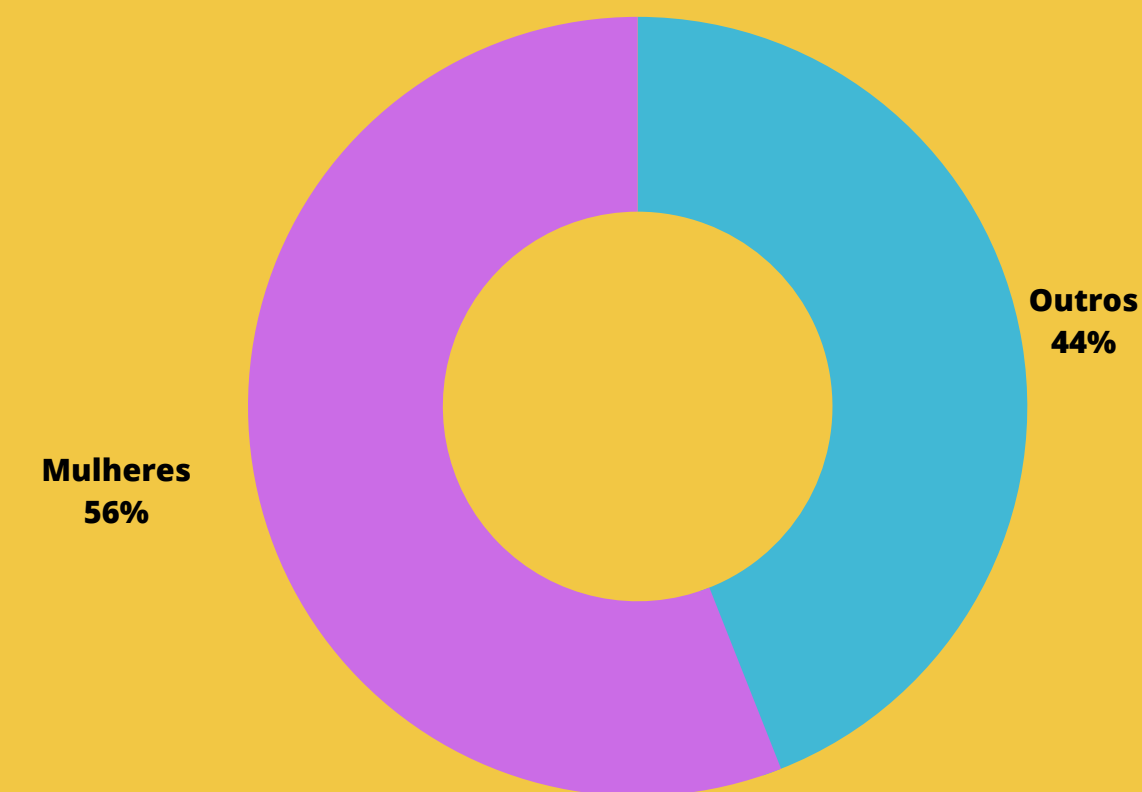
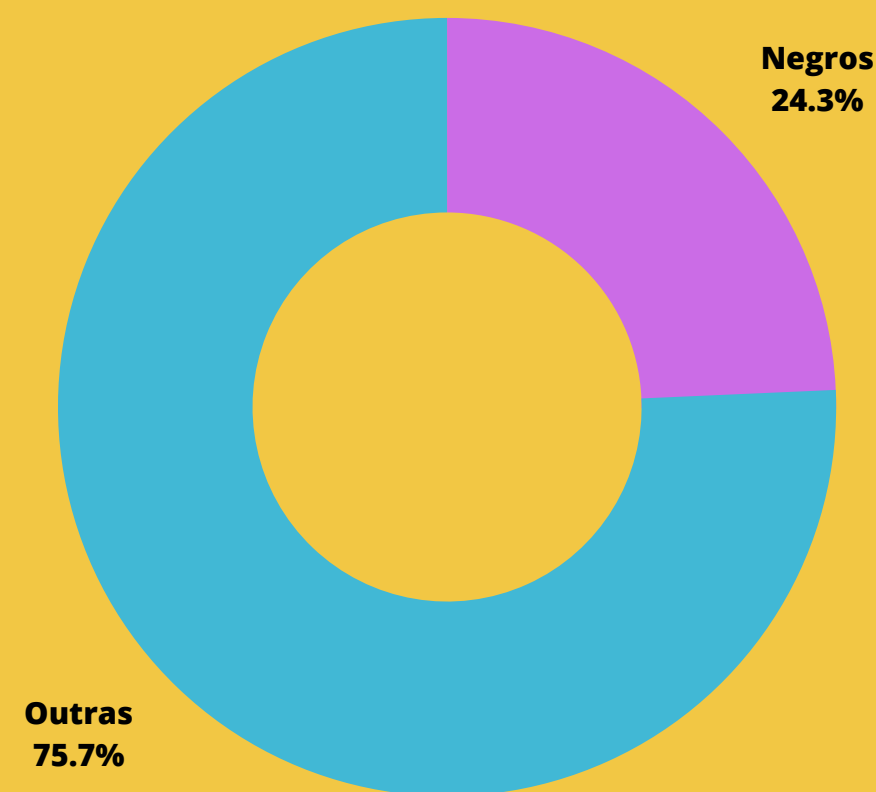
- De acordo com o estudo, no Brasil não há dados precisos que incluam deficiência e raça, o que dificulta a estimativa de números oficiais e a elaboração de políticas públicas específicas para as necessidades dessa população.
- Não há estimativa da quantidade de pessoas quilombolas com deficiência por falta de dados, pesquisas gerais e políticas públicas. Entretanto, a deficiência nas comunidades quilombolas é agravada pelo escasso acesso aos serviços de saúde, insegurança alimentar e falta de água potável.

Estatísticas

População brasileira



População PcD



De acordo com o Censo IBGE 2010*

Violação de direitos

- Pessoas negras com deficiência relatam discriminação por parte de médicos que impedem ou atrasam o acesso a diagnósticos e reconhecimento oficial da deficiência, o que por sua vez condiciona o acesso a políticas públicas.
- Elas estão super-representadas na população de rua e nas penitenciárias, e estão mais propensas a viver em áreas inacessíveis para cadeiras de rodas e sem calçadas, saneamento, iluminação e drenagem adequadas, o que destaca a **ligação entre deficiência, raça e pobreza no Brasil**.
- Essa população também sofre com taxas mais altas de desemprego, acesso restrito à educação, saúde mais precária, menos oportunidades econômicas, bem como marginalização da participação social e política.

Violências

- O tipo de violência mais relatado contra pessoas com deficiência é a **violência física**, presente em **53%** dos casos, seguida da **violência psicológica com 32%** e **negligência/abandono em 30%**.
- Nos casos de deficiência múltipla, a **negligência** foi mais comumente relatada (**50%** dos casos).
- A **violência sexual** se destaca como alarmantemente alta entre as pessoas com deficiência intelectual (**35%**).
- Pessoas negras com deficiência são mais propensas a serem colocadas sob cuidados do Estado em instituições onde ocorrem regularmente violações de direitos, incluindo contenção física, curatela (privação da capacidade legal), medicalização sem consentimento e falta de acesso à educação.

Violência policial

- Notícias apontam para uma alta incidência de violência policial contra pessoas negras com deficiência.
- Casos recentes de jovens negros desarmados com deficiência intelectual ou psicossocial sendo assassinados:
 - 2021 - **Tiago Duarte de Souza, 20 anos, com deficiência intelectual.** Foi abordado por um policial militar de folga e acusado de ter roubado uma loja de conveniência. Mesmo mostrando estar desarmado, levou um tiro na boca e morreu 12 dias após ser baleado, no hospital.
 - 2022 - **Genivaldo de Jesus Santos, 38 anos, com deficiência psicossocial.** Morreu asfixiado depois que três agentes da Polícia Rodoviária Federal o colocaram no porta-malas de um carro, soltaram gás lacrimogêneo e de pimenta e o sufocaram.

Acesso à educação

- A **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008** e a **Lei Brasileira de Inclusão (2015)** garantem a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. No entanto, há problemas contínuos com o monitoramento do cumprimento dessas leis e tentativas de revisar a legislação para adotar uma abordagem menos inclusiva.
- A **Lei 12.711/2012 - Lei de Cotas** estabelece que em cada instituição federal de ensino superior há uma cota de vagas a serem preenchidas por alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por alunos com deficiência. No entanto, os alunos negros com deficiência continuam sub-representados no ensino superior, compondo apenas **0,6% do total de alunos negros e 35% dos alunos com deficiência**.

Desenvolvimento econômico

- Mulheres negras com deficiência são as menos propensas a estarem formalmente empregadas (40,7%), em comparação com homens negros com deficiência (32,6%), homens brancos com deficiência (37,7%) e mulheres brancas com deficiência (40,7%).
- Isso indica que mulheres e pessoas negras com deficiência são menos propensas a acessar ao mercado de trabalho formal e, mais propensas ao desemprego ou se engajarem em trabalhos precários, mal remunerados.
- A Pesquisa Nacional dos “sem-teto” estima que 67% da população em situação de rua é negra e que cerca de metade dos moradores de rua não consegue se cadastrar no Cadastro Único de Assistência Social do governo brasileiro, por falta de documentação e outras barreiras, como limitações causadas pelas deficiências, como mobilidade e comunicação.

Recomendações ao Poder Público

- Garantir a coleta e distribuição de dados demográficos desagregados que incluam deficiência, gênero, raça/cor, e autoidentificação como quilombola ou indígena no CENSO nacional;
- Assegurar a consulta às organizações de pessoas negras, indígenas e quilombolas com deficiência no desenvolvimento de todas as políticas de deficiência;
- Assegurar remuneração adequada para cuidadores, profissionalizando o cuidado numa ótica transversal nas políticas públicas;
- Implementar a avaliação biopsicossocial de deficiência no Brasil, como uma ferramenta para a garantia de diagnósticos, pois a Avaliação biopsicossocial reduz o estereótipo médico e garante o acesso ao diagnóstico formal;
- Garantir que todas pessoas em situação de rua possam se cadastrar no Cadastro Único para Programas Sociais;
- Elaborar e fomentar políticas públicas para a inclusão de estudantes com deficiência em todas as esferas de educação inclusiva.